

Leser condena o exame anual

O fim da obrigatoriedade do exame abreugráfico anual para os trabalhadores é uma das propostas que o secretário da Saúde de São Paulo, professor Walter Leser, pretende apresentar durante os debates da V Conferência Nacional de Saúde. Para justificar a sua posição, Leser explica que a abreugrafia é um exame complementar no controle da tuberculose e que essa exigência, além de possibilizar o desenvolvimento de atividades não muito legítimas (as chamadas "fábricas de chapa de pulmão"), não conseguiu reduzir o problema da tuberculose.

O professor Walter Leser aponta ainda um outro problema: a dose de irradiação a que o trabalhador é submetido a cada abreugrafia é muito superior a das outras radiografias. O fato de se querer a extinção dessa exigência não significa que as Secretarias de Saúde de Estado "não desenvolvam nenhum controle da tuberculose. Pelo contrário, o professor Leser defende a necessidade da intensificação da luta contra a doença, por meio de programas especiais.

São Paulo começa neste mês

a primeira etapa de seu programa, dentro da orientação da Divisão Nacional de Tuberculose, que visa principalmente a identificação e tratamento de todos os doentes. E a prevenção será feita por meio da bacilosкопia (exame de escarro) de todas-as pessoas suscetíveis e das famílias dos doentes.

Outra proposta do secretário paulista é a extinção da carteira de saúde que, segundo ele, muitas vezes não passa de fraude. Geralmente os exames são feitos em massa — disse — e não há possibilidade de se fazer um check-up completo do paciente. A carteira de saúde lhe dá uma falsa sensação de segurança de que seu organismo está em ordem". O secretário lembra, ainda, que se no dia do exame o paciente pode estar muito bem, no outro dia talvez apresente até mesmo uma doença contagiosa.

Por esses motivos é que Walter Leser defende a necessidade da carteira de saúde ser substituída pela assistência médica continuada. E, segundo ele, isso não é impossível, pois além das unidades de saúde estaduais

ou municipais, as escolas e empresas dispõem de serviços médicos.

O Estado de São Paulo enfrenta as consequências da conturbação existente no setor saúde. Mas a falta de integração entre os vários órgãos já começa a ser superada. O professor Leser informou que a Secretaria do Planejamento está elaborando um projeto que pretende definir as normas de relacionamento entre a Secretaria da Saúde e o INPS.

Além disso, a Secretaria da Saúde está procurando estabelecer um modelo de convênio entre o Estado e as prefeituras para o desenvolvimento de programas de saúde em nível municipal. Essa medida, segundo o secretário, vai possibilitar uma soma de recursos e, consequentemente, um melhor atendimento à população.

Entretanto, ele reconhece que esse é apenas o primeiro passo para a integração pregada pelo Sistema Nacional de Saúde. E lembra que, agora, é necessário esperar que o Ministério da Saúde estruture esse plano para que ele seja integralmente implantado na esfera estadual.